

ENCONTRO NACIONAL DE SINDICALISTAS DO PT

(11 e 12 de Agosto de 1984)

RELATÓRIO GERAL

11 e 12/AGOSTO/1984

RELATÓRIO GERAL

I - POLÍTICA GERAL (Colégio Eleitoral e Candidato Único; Eleições Diretas e Constituinte)

A exposição inicial foi feita pelo Secretário Geral Nacional do PT, Francisco Weffort. Dos debates que se seguiram, e da própria exposição, resultaram as seguintes recomendações gerais:

1. Defender eleições livres e diretas-já e boicote ao Colégio Eleitoral, conforme resolução do Encontro Nacional do PT em abril/84.
2. Ressaltar a ligação entre as diretas-já e a democracia e os interesses da classe trabalhadora, mostrando que os milhões de brasileiros que foram às ruas na campanha das diretas estavam identificando no regime de 64 a causa da situação de exploração em que vivem, e, portanto, manifestavam o desejo de mudança. Acentuar o caráter político da posição de boicotar o Colégio Eleitoral e não comparecer ao Colégio.
3. Caracterizar o lançamento e a sustentação da candidatura indireta de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, bem como o apoio que essa candidatura indireta recebe de setores do PMDB e do Conclat como o abandono da luta por diretas-já e por mudanças reais e como a continuidade e a preservação do regime de 64, de seus mecanismos de atuação e de seus compromissos com o FMI (Fundo Monetário Internacional).
4. Denunciar o dilema Tancredo X Maluf como uma falsa polêmica colocada ante os trabalhadores para confundí-los, como ocorreu nas eleições de 82 com o "voto útil". Demonstrar que a verdadeira opção que os trabalhadores devem fazer é pela continuidade da luta por diretas-já e por democracia e mudanças, contra os que, defendendo a escolha indireta no Colégio Eleitoral, na realidade defendem a continuidade do regime e da ditadura.
5. Chamar a atenção para o fato de que a posição por diretas-já e pelo boicote ao Colégio deve ser cada vez mais firme, porque tende a aumentar a pressão, contra o PT e contra a CUT, dos que apoiam a candidatura indireta de Tancredo e querem impor a ida ao Colégio Eleitoral como um fato consumado.
6. Acentuar as novas condições que tornam favoráveis a continuidade da luta por diretas-já, por democracia e por mudanças: a crise política, o desgaste do regime, as divisões e contradições dentro dos partidos da burguesia, a dificuldade cada vez maior que o regime encontra para utilizar-se de instrumentos de pressão e de repressão.
7. Propor iniciativas imediatas visando inviabilizar o Colégio Eleitoral, combinando a mobilização popular com a luta no plano institucional, tais como: aprovação da Emenda Teodoro Mendes; rejeição do quorum de 2/3 para aprovação de Emendas Constitucionais; não regulamentação do Colégio Eleitoral; comprometimento, com tais bandeiras, dos que tomaram posição pelas diretas-já, procurando unir militantes de outros partidos ou sem partido que não aceitam o acordo no Colégio Eleitoral; manter Comitês por diretas-já; distribuir panfletos; organizar manifestações e comícios que preparem uma paralisação cívica nacional por diretas-já; propagandear, em todas as oportunidades, os itens da Plataforma de Dez Pontos do PT, e apresentá-los como contribuição para uma declaração da CUT sobre as questões consideradas imprescindíveis em qualquer programa de Governo que se proponha atender os interesses populares. Também se recomenda o exame de uma alternativa programática de oposição ao acordo político que a candi

datatura Tancredo representa.

8. Os militantes do PT devem tomar posição, no Congresso da CUT, em defesa da assembléia nacional constituinte soberana e livre, com base nos seguintes argumentos: a atual Constituição brasileira é essencialmente reacionária, anti-democrática e anti-popular; nas atuais condições, emendas ou reformas constitucionais somente são possíveis quando não alteram o essencial da Constituição; para obterem-se reivindicações, tanto econômicas quanto políticas, é necessária a democracia; a demanda pela convocação de uma assembléia nacional constituinte livre e soberana confere perspectiva política à luta pelo atendimento às reivindicações dos trabalhadores; outros congressos de trabalhadores já aprovaram a bandeira da constituinte; o Congresso da CUT deve reafirmar essa bandeira com as características aqui descritas e rejeitar as teses de atribuir poderes constituintes ao Congresso Nacional a ser eleito em 1986.

II - ORGANIZAÇÃO DO PT PARA A ATUAÇÃO SINDICAL

Feita a exposição inicial, pelo Secretário Geral do Diretório Regional do PT em São Paulo, os representantes das Secretarias e Comissões Sindicais do PT apresentaram relatos da situação em seus respectivos Estados, bem como debateram as diversas propostas sugeridas pelos participantes. Os debates permitiram traçar um resumo da situação do PT em relação à atuação sindical e um conjunto de orientações para a organização interna do PT nessa área:

A) A IMPLANTAÇÃO DO PT NO MOVIMENTO SINDICAL NOS ESTADOS

Estiveram presentes ao Encontro Nacional representantes dos seguintes nove Estados: RJ, DF, RS, MG, SC, MT, SP, GO e PR.

Secretarias Sindicais: com exceção do Mato Grosso, existe nos demais Estados. No Rio Grande do Sul e em Minas Gerais, existem, além da Secretaria Sindical vinculada ao Diretório Regional, Secretarias Sindicais ligadas a Diretórios Municipais: 2 no RS e 3 em MG. Em Goiás, a Secretaria Sindical existe mas não funciona. No Paraná, está em organização.

Núcleos de Base por Categoria ou por local de trabalho: só não existem em Santa Catarina e Mato Grosso. Nos demais Estados, seu número varia de dois a dez. Em todos os Estados, sua existência e seu funcionamento nem sempre é regular, com exceção do Rio de Janeiro. Geralmente, são núcleos de categorias de setores de classes médias. No Paraná, dois dos Núcleos de Categorias estão no Interior e reúnem trabalhadores rurais.

Atuação no movimento sindical: inexiste em Mato Grosso, é fraca no Distrito Federal, em Santa Catarina, Paraná e Goiás, é regular no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo.

Encontro Sindical Regional precedente ao Encontro Nacional Sindical: não houve em Mato Grosso e Goiás. Em Minas, constituiu-se de uma reunião ampliada do Diretório Regional. O número de participantes variou de 30 a 70, com exceção de São Paulo, que contou com 368 integrantes.

Problemas polêmicos: em São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais houve atuações que receberam interpretações polêmicas por parte dos membros da reunião. Essas atuações polêmicas foram de dois tipos:

a) - presença de petistas em chapas diferentes nas campanhas eleitorais sindicais;

- b) - presença de petistas, comprometidos com a construção da CUT, em entidades, movimentos ou campanhas em que também estavam presentes forças sindicais ou políticas comprometidas com o Conclat e contrárias à CUT.

QUADRO DA SITUAÇÃO DO PT NA ÁREA SINDICAL

	SECRETARIAS OU COMISSÕES SINDICAIS	NÚCLEOS POR CATE- GORIA ou LOCAL DE TRABALHO	ATUAÇÃO SINDICAL	ENCONTROS REGIONAIS PRECEDENTES	POLÊMICAS
RJ	1 REGIONAL	05	REGULAR	30	
DF	1 REGIONAL	03	FRACA	40	
RS	1 REGIONAL e 2 MUNICIPAIS	08	REGULAR	71	*
MG	1 REGIONAL e 3 MUNICIPAIS	02	REGULAR	40	*
SC	1 REGIONAL	--	FRACA	26	
MT	---	--	---	--	
SP	1 REGIONAL	ALGUNS	REGULAR	368	*
GO	1 REGIONAL DESATIVADO	02	FRACA	--	
PR	EM ORGANIZA- ÇÃO	VÁRIOS COM 2 NO INTERIOR	FRACA	68	

B) COMO O PT DEVE ORGANIZAR-SE PARA A ATUAÇÃO SINDICAL

1. Todos os militantes do PT devem procurar sindicalizar-se e ter atuação sindical, e todas as instâncias do Partido devem organizar-se para essa atuação.

2. A política de organização do Partido, em todos os níveis, deve levar em conta a necessidade de facilitar e estimular a atuação dos militantes e das instâncias partidárias no movimento sindical. E toda política de organização do PT para a atuação sindical deve estar vinculada à política geral de organização do Partido.

3. Como forma específica de organização para a atuação sindical, o Partido deve priorizar a implantação e o funcionamento de Núcleos de Base por Categoria Profissional (NB/CP), Núcleos de Base por Local de Trabalho (NB/LT) e Secretarias Sindicais em todos os níveis.

4. Os conceitos de "categoria profissional" e "local de trabalho", para efeitos de nucleação, não precisam restringir-se à interpretação da CLT ou do Ministério do Trabalho, e devem adaptar-se às circunstâncias e necessidades reais de expansão e intervenção do Partido.

5. Os Núcleos de Base por categoria e local de trabalho devem instalar-se e funcionar de acordo com o que prescrevem o Estatuto e o Regimento

Interno do Partido. A avaliação crítica periódica da atuação sindical petista através desses Núcleos deve induzir as modificações indispensáveis no Regimento e no Estatuto do Partido.

6. Os Diretórios Regionais devem empenhar-se em instalar suas Secretarias Sindicais - como órgãos auxiliares, e específicos para a coordenação e unificação da atuação sindical em seu âmbito - e deve, também, estimular os Diretórios Municipais e os Diretórios Zonais ou Distritais a fazerem o mesmo.

7. As Secretarias Sindicais, em qualquer nível, devem procurar contar, entre seus integrantes, com ativistas e dirigentes sindicais, bem como representantes de Núcleos de Base por Categoria Profissional e Núcleos de Base por Local de Trabalho. Deve-se procurar evitar, contudo, o excesso de acúmulo de funções e tarefas sobre o mesmo militante.

8. Uma atividade permanente das Secretarias Sindicais e dos Núcleos de Base por categoria e local de trabalho deve ser a da formação política - e, especificamente, sindical - dos militantes e filiados do Partido.

9. Núcleos de Base por categoria ou por local de trabalho são instâncias do Partido, e, como tal, não podem limitar-se às questões sindicais, e devem, também, ocupar-se das questões políticas gerais e das questões relativas à própria construção partidária.

10. Por outro lado, Secretarias e Núcleos de Base por categoria e local de trabalho, como órgãos do Partido, não substituem o movimento sindical, nem os sindicatos ou outros organismos sindicais, e nem mesmo organizações autônomas da classe trabalhadora. Sua função específica é a de contribuir para que as instâncias partidárias definam a política de organização, coordenação e unificação da atuação sindical dos petistas, respeitando a autonomia e a liberdade sindicais mas contribuindo decisivamente para a organização e a libertação da classe trabalhadora, no rumo da transformação não apenas da estrutura sindical mas da própria sociedade como um todo.

III - A QUESTÃO SINDICAL E O CONGRESSO DA CUT

O Secretário Sindical Nacional do PT, Olívio Dutra, fez uma exposição inicial mostrando que a construção da CUT não está sendo discutida satisfatoriamente nas bases, e que, muitas vezes, a Conclat, através da estrutura sindical vigente, consegue maior intervenção na área sindical do que os sindicalistas autênticos. Afirmou, também, que os sindicalistas da CUT ainda não conseguiram alcançar um pensamento comum e consenso de ação na questão da unidade dentro do movimento sindical. E lembrou as dificuldades impostas ao avanço do movimento sindical pela própria conjuntura econômica-política nacional.

O expositor sintetizou, a seguir, os projetos de reforma da estrutura sindical atualmente em debate no movimento sindical:

1 - O PROJETO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, TAMBÉM CHAMADO DE "MURILÃO": mantém, em essência, a estrutura existente, mas faz reformas superficiais, inclusive nas questões de imposto sindical e negociações salariais. É um projeto destinado a ser negociado entre o regime e o Conclat e as Confederações e Federações.

2 - O PROJETO DAS CONFEDERAÇÕES E FEDERAÇÕES: também faz reformas superficiais na estrutura vigente - que procuram democratizar parcialmente a estrutura - sem contudo, desmontá-la por completo. É, também, um projeto destinado à negociação com o regime.

cutiva Nacional com 15 membros. Aprovados também os demais dispositivos que seguem:

- A Direção Nacional será eleita no próprio Congresso Nacional da CUT, com cargos definidos, mas de forma que tanto a Direção quanto a Executiva funcionem coletivamente.

- A Direção Nacional será constituída proporcionalmente aos votos dados às chapas concorrentes, com os seguintes critérios: se houver duas chapas, mínimo de 20% para integrar a direção; se houver mais de duas, mínimo de 10%. As chapas podem apresentar -se incompletas, mas devem conter 50% dos nomes. Não haverá repetição de nomes em chapas diferentes.

- O presidente da CUT será o cabeça da chapa que obtiver maioria, mesmo simples dos votos. Os demais cargos da Executiva serão preenchidos por indicação da Direção Nacional eleita, e deverá ser constituída proporcionalmente, desde que nenhuma das chapas concorrentes tenha obtido maioria absoluta (50% dos votos mais 1); se houver chapa majoritária absoluta, ela poderá indicar a Executiva completa. A Executiva é revogável, no todo ou em parte, pela Direção Nacional. Se houver revogação da Executiva, no todo ou em parte, a chapa majoritária indicará os substitutos.

C - MANDATO DA DIREÇÃO E INTERVALO DOS CONGRESSOS

A Direção Nacional a ser eleita neste Congresso da CUT de 1984 deverá ter o mandato de 2 anos.

Os intervalos entre os Congressos ficam assim estabelecidos: Nacional, 3 anos (com exceção do próximo); Regional, 2 anos; Estadual 1 ano.

VI - SUBSÍDIOS PARA A DISCUSSÃO

O segundo Secretário da Comissão Executiva Nacional do PT, Azevedo, leu um documento, elaborado por vários sindicalistas, e que constitui "um subsídio à discussão dos Encontros Estadual e Nacional do PT para preparar a intervenção dos petistas" no Congresso da CUT.

As teses e o texto do documento foram submetidos a longos e aprofundados debates, com votação para as questões mais polêmicas. Ao final dos debates, o documento original sofreu algumas alterações e passa a ter, agora, a seguinte redação:

SUBSÍDIOS PARA A DISCUSSÃO NO CONGRESSO DA CUT

1. A fundação da CUT foi o golpe mais profundo já desferido contra a estrutura sindical brasileira, atrelada e corporativista, herdada do Estado Novo. A decisão tomada por mais de cinco mil delegados de todo o país no Conclat de São Bernardo do Campo em 1983 representou um aberto desafio ao regime militar, ao Ministério do Trabalho e a seus representantes e aliados no movimento sindical. Não foi por menos que, antes e depois do Congresso, violentas pressões foram desenvolvidas contra a CUT buscando primeiro impedir a própria realização do Conclat e em seguida bloquear a consolidação junto aos trabalhadores da central sindical democrática e independente nele fundada.

2. Uma das maiores dessas pressões, atualmente, é a que decorre da posição dos adversários da CUT de se constituírem em "coordenação nacional" em novembro, após terem dividido abertamente o movimento sindical boicotando o Conclat. Essa coordenação ("Conclat") não se pretende uma central sindical, afirmando explicitamente a Resolução do Congresso da Praia Grande (onde ela foi constituída) a inconveniência da criação de

um organismo do genero. Por detrás dos discursos sua prática tem revelado o verdadeiro objetivo de seus dirigentes: impedir a efetiva implantação da CUT entre os trabalhadores, semeando a confusão sobre as responsabilidades pela divisão do Movimento Sindical. A experiência vem assim confirmando as palavras do companheiro Lula no encerramento do CONCLAT: "... em agosto de 1984 nos estaremos aqui outra vez, ou em qualquer lugar deste País, para outra vez dar uma demonstração de que a CUT é essa. O que tentarem fazer em novembro será mais um fantoche do Governo, será mais uma representação do Governo."

3. Com efeito, desde o boicote sistemático às propostas de luta da CUT (a começar pela Greve Geral prevista para 25.10.83 até a falsificação do histórico da constituição da CUT, ou sindicalistas ligados à CONCLAT tem procurado induzir à falsa idéia de que a formação da CUT teria levado a uma divisão irremediável, da qual só é possível escapar com o abandono da democracia e independência consagradas no Congresso de São Bernardo.

4. Desde novembro, uma insinuante cantilena vem sendo difundida em reuniões, assembleias e Congressos Sindicais: a de que, para reconquistar a "unidade" do movimento sindical, seria necessário "reunificar" CUT e CONCLAT num mesmo quadro orgânico - como se isso dependesse apenas da "boa vontade" da direção da CUT e não da renúncia, pela CONCLAT, à subordinação às normas do Ministério do Trabalho, uma de cujas maiores expressões é o cupulismo nas formas de organização por eles adotadas.

5. Com esse argumento, sindicatos até agora tidos como combativos tem protelado a decisão de aderir à CUT, o mesmo ocorrendo em alguns Congressos Sindicais importantes. Curiosamente, os aderentes a CONCLAT não procuram, em geral, defender a filiação a essa entidade, mas a "neutralidade" (esperar até a "reunificação" para filiar-se). Essa argumentação tem confundido setores combativos do movimento sindical e influencia até parcelas do PT. O resultado prático desse tipo de pressão disfarçada dificultou a construção da CUT. Mas, apesar disso, já realizaram seus Congressos Estaduais e fundaram as respectivas CUT's: 12 Estados: SP, RJ, GO, ES, PA, PI, MA, AM, DF, AC, PE, PB, o número de CUT's regionais é muito limitado. Em Estados importantes, persistem, porém, organismos anteriores ao Congresso de São Bernardo, de composição mista (aderente à CUT e a CONCLAT) e sem relação com as instâncias democráticas da Central e seus Estatutos. Em outros lugares propõe-se que Congressos realizados fora desses Estatutos "votem" a adesão à CUT como se a votação praticamente unanime realizada em São Bernardo não mais tivesse validade nem compromettesse os participantes com sua concretização em seus Estados e Regiões.

6. A esses fatores soma-se um problema desta fase inicial da CUT, que consiste em reunir apenas os setores mais combativos do Movimento Sindical, mas poucas entidades realmente de peso nesse movimento, não obstante a conquistas de certos sindicatos de significativa importância nos últimos meses. De fato, a maioria dos sindicatos brasileiros permanece nas mãos de diretorias imobilistas, quando não de representantes diretos do patronato e do Ministério do Trabalho. A fundação da CUT não implica a reversão automática dessa situação; ela apenas possibilita a ampliação da luta contra a atual estrutura sindical e seus representantes, a partir de um patamar superior de organização, baseado nos setores mais dinâmicos do sindicalismo nacional. Daí a importância fundamental da luta pela conquista das direções sindicais, assim como para arrastar as atuais direções a aderirem à CUT.

7. As dificuldades que a CUT tem enfrentado na sua efetiva implantação podem ser, assim, explicado, em parte, pelos fatores citados. Os inimigos naturais da CUT tem sido, de um lado, o regime, o Ministério do Trabalho, a estrutura sindical oficial, o patronato e seus representantes no meio sindical; e, de outro lado, as correntes sindicais que se articu

lam no interior da Conclat e de suas instâncias dirigentes, e que se expressam nos jornais "Voz da Unidade", "Tribuna da Luta Operária", "Hora do Povo", e que, por fim na prática, acabam objetivamente se aliando àqueles no esforço em obstaculizar a implantação de uma organização livre e autônoma da classe trabalhadora, como é a CUT.

Mas essa explicação não esgota a necessidade de uma análise mais ampla e mais profunda, mais sistemática e generalizada, do caminho que a entidade tem percorrido, dos obstáculos existentes ou deliberadamente criados, e, principalmente, dos erros cometidos até mesmo pelos que a defendem. E esses erros se localizam tanto entre os próprios dirigentes e ativistas da CUT, quanto entre os dirigentes e militantes do próprio PT, Partido de onde provêm a maioria dos sindicalistas que fundaram e que sustentam a CUT com a sua atuação.

A CUT, enquanto entidade, atrasou em demasia a sua integração efetiva na campanha por eleições livres e diretas-já que já se delineava a partir de meados do ano passado. Esse atraso deveu-se, em parte, as dificuldades financeiras e materiais da estrutura da CUT, mas, em parte, também, à relutância sentida por muitos sindicalistas em empenhar-se numa luta política de carácter institucional, principalmente levando em conta que nela também estavam empenhados setores liberais e burgueses. As relações de férrea interdependência que existem entre a luta econômica e a luta política nem sempre tem sido compreendidas e aceitas por sindicalistas combativos, militem eles na CUT ou no PT ou em ambos. Assim, ainda subsistem em parte, na CUT, resistências ao que se chama de "lutas burguesas", qualificação incorreta quando aplicada à luta pela democracia, vital para que a classe trabalhadora possa obter suas conquistas, quer no campo político, quer no econômico.

Erros também foram cometidos quanto aos métodos e às formas de luta. Ao escolher a greve geral como a arma mais eficaz da classe trabalhadora para conquistar seus objetivos, a CUT agiu corretamente e demonstrou ter a exata compreensão de seu papel e de sua importância na conjuntura nacional. Mas a CUT - pelo estágio inicial de sua formação, pelos obstáculos já apontados, por inúmeras outras dificuldades de toda ordem, que vão desde a falta de recursos financeiros até a sobrecarga de militância que as circunstâncias impõem a seus ativistas e dirigentes - não se empenhou o suficiente em analisar, conceituar, definir, avaliar esse instrumento de luta, e, pelas mesmas razões, em difundir, propagandear e organizar a greve geral. Principalmente, a CUT não chegou a ter a suficiente clareza de que, se uma greve setorial, por fábricas ou categoria, tem reivindicações preponderantes econômicas e âmbito quase exclusivamente sindical, uma greve geral é muito mais que a soma numérica de muitas greves econômicas e algo mais do que a mera generalização geográfica de uma greve localizada. A greve geral é um instrumento que combina, necessariamente, o imediato, o concreto e o abstrato, ao propor formas de luta econômica para atingir alvos políticos, e formas de luta política para alcançar objetivos econômicos; e, por isso, a greve geral é um método de luta que não é e nunca poderá ser exclusivamente sindical: ele terá sempre de aglutinar forças sociais e políticas as mais amplas e diversas, sob hegemonia sindical, para poder ser deflagrada, para poder desenvolver-se corretamente, e para poder alcançar o máximo de seus objetivos. As dificuldades, as incompreensões e os equívocos que ainda cercam o tema da greve geral na CUT - e também entre muitos petistas - fizeram com que as greves gerais marcadas e tentadas pela CUT nem sempre puderam ser levadas a cabo satisfatoriamente. A mais exitosa dessas tentativas foi a greve de 25 de Outubro de 1983. Mas, depois dela, as demais tentativas se ressentiram da falta de sincronia entre o movimento sindical mais combativo e outros setores do próprio movimento sindical, e entre o conjunto do movimento sindical e outros movimentos populares, sociais e políticos em que grande parte do povo brasileiro vem se empenhando nos últimos meses. Daí que os esforços da CUT muitas vezes assumiram a aparência de uma ansiosa busca de novas datas para a greve geral, sem a indispensável avaliação das condições objetivas e subjetivas para a sua deflagração nem as necessárias preparação e organização para o seu êxito.

Da mesma forma, a CUT também não conseguiu, por dificuldades e por equívocos, articular, combinar e conduzir diversas greves setoriais e econômicas desenvolvidas por categorias de trabalhadores as mais diversas e espalhadas pelos quatro cantos do País. Assim, as greves dos professores secundários de São Paulo e Minas, dos professores e servidores federais, dos metalúrgicos de Volta Redonda, dos trabalhadores rurais de Guariba e de outros pontos do Estado de São Paulo, entre outras, se fizeram sem a presença marcante da CUT, do que resultou num descompasso nítido e prejudicial entre o que fazia parte do povo brasileiro, na campanha pelas diretas-já, por mudanças e por democracia, e o que fazia parte do povo brasileiro, nas campanhas salariais e reivindicatórias. Sem dúvida a inexistência de uma articulação mais eficaz entre essas duas linhas de lutas populares marcou uma grande oportunidade perdida de se imprimir um rumo mais eficaz à mudança do regime. Mas quase todas as condições objetivas para a retomada dessas lutas - agora, articuladas e dirigidas para o mesmo objetivo - estão aí, e novas oportunidades semelhantes poderão ser criadas pela CUT e pelos militantes e dirigentes do PT, em breve tempo.

Outro tema que também demanda uma análise mais demorada da CUT é a questão da unidade dos trabalhadores. A CUT nasce, exatamente, da necessidade que tem a classe trabalhadora de unir-se para se libertar. E, para implantar-se definitiva e concretamente nas bases, a CUT precisa fundamentar suas bandeiras de luta e seus métodos de luta na unidade da classe trabalhadora. Assim, a unidade da classe trabalhadora - real, concreta, objetiva - é a essência da própria CUT, e é a sua perspectiva de vitória.

Todavia, a questão da unidade também não tem sido aprofundada adequadamente pelos sindicalistas e pelos petistas. Daí que os adversários sindicais e políticos da CUT - e do PT - frequentemente se dão ao luxo de acusar-nos de contrários à unidade e de avocarem para si o apanágio dessa unidade. Em outras palavras: eles se dizem os campeões da unidade e nos acusam de divisionistas. E, lamentavelmente, as nossas dificuldades e os nossos equívocos muitas vezes acabam por convencer a setores menos politizados de que são eles que estão com a razão, e nós é que estamos errados.

É necessário reverter essa situação, radical e rapidamente. O primeiro passo para isso é aprofundar e levar até as últimas consequências o debate amplo dessas questões no interior da CUT e no interior do Partido. O segundo passo é lograr a unidade interna dos petistas - tanto os que militam no PT ou na CUT quanto os que atuam em ambos - em torno das questões fundamentais do movimento sindical e do movimento político, combatendo com rigor as vacilações e as posições sectárias ou anti-unitárias. O terceiro passo é dar demonstrações cotidianas na prática da fábrica, da empresa, dos sindicatos, pela unidade da luta em torno das reivindicações concretas e objetivas da classe trabalhadora. O quarto passo é preferir, sempre, a real unidade pela base à fictícia unidade pelas cúpulas, através de conchavos, de organismos, e direções de entidades, etc. E o quinto passo é denunciar vigorosamente, em todas as oportunidades, ao verdadeiro caráter das posições sindicais e políticas dos pélegos, dos reformistas, dos conciliadores: o imobilismo sindical, os recuos diante das imposições patronais e ministeriais, a continuidade do atrelamento sindical à máquina ministerial a omissão diante do regime militar, o Pacto com a Burguesia através do Colégio Eleitoral, etc... O que eles fazem, sobre o disfarce da unidade, é a submissão e a conciliação com o patrão e com o governo.

Por fim, é necessário reconhecer que muitas dessas dificuldades e desses equívocos ocorre não apenas na CUT ou entre os ativistas e dirigentes da CUT que são petistas, mas também no interior do próprio PT. Embora o PT tenha se esforçado, desde antes de seu nascimento, para elaborar uma linha sindical coerente, unitário e eficaz, ainda não conseguiu lograr esse objetivo. A realização, nesse ano de 84, de Encontros Regionais e Nacional de sindicalistas, e o próximo Encontro Nacional Sindical do PT, constitui alentadoras esperanças de que muito brevemente as nossas principais dificuldades nesse terreno terão sido superadas.

Mas alguns pontos devem ficar claros desde já. O PT e a CUT, embora intimamente ligados por semelhança de fundamentações teóricas, por identidade de práticas, e por equivalência de propósitos, não são e não podem ser confundidos. PT e CUT são instituições perfeitamente distintas, com papéis e funções diferenciadas na luta da classe trabalhadora por sua organização e sua libertação. As características essenciais das duas entidades são diferentes, tanto na sua estrutura, quanto na atuação de seus membros: o PT é um partido político, e a CUT é uma organização central dos trabalhadores.

Mas é exatamente na sua condição de partido político que o PT nem sempre tem dado a contribuição que dele seria de se esperar na construção da CUT. É necessário que os órgãos do PT revejam sua atuação concreta no campo sindical e, daqui para diante, confirmem o devido valor e o devido lugar à tarefa fundamental de construir a CUT nas bases. Mesmo entre muitos dirigentes sindicais filiados ao PT, a importância da CUT não foi suficientemente assimilada e muitas vezes os petistas tem se omitido no empenho para que adiram à CUT as direções sindicais de que participamos ou com quem temos boas relações.

8. E essa questão remete novamente ao tema da unidade. A verdadeira unidade de que os trabalhadores necessitam só pode ser realizada com o respeito às decisões democráticas da base e com independência total do Estado. Somente onde os trabalhadores decidem sobre suas formas de organização pode-se conquistar a autêntica unidade, imprescindível para combater o patronato e o regime militar. Os trabalhadores hoje ligados à CONCLAT - as bases que realmente procuram uma forma de lutar contra a exploração e não os dirigentes comprometidos com a conciliação - devem prestar atenção aos conchavos e acordos que suas cúpulas fazem no plano sindical e político, indevidamente falando em nome da classe. Devem esforçar-se em perceber que a única coisa que pode garantir sua capacidade de lutar pelos seus próprios direitos é a autonomia e a independência em relação à máquina ministerial e em relação ao patronato. Esses trabalhadores tem todas as condições de participar da CUT e até de disputar sua direção. E a própria CUT, por sua vez, deve esforçar-se, através de posições sindicais e estatutárias, em atrair para seus quadros todos os trabalhadores, sem exceção, inclusive muitos dirigentes sindicais que, hoje, equivocados, ainda não perceberam que nada os impede de juntarem-se a nós, a não ser um injustificado receio de não melindrar os que, por concepções errôneas ou por pragmatismo oportunista, insistem em manter atrelada ao governo a estrutura sindical brasileira.

9. Para o PT, que defende intransigentemente a liberdade e a autonomia sindicais, a construção da CUT é tarefa prioritária no movimento sindical.

Nenhuma pressão, nenhuma chantagem pode esconder que a verdadeira unidade de que os trabalhadores necessitam, só pode ser alcançada através do reforço da organização independente e democrática contra os patrões e o Regime Militar. Fortalecendo a CUT estaremos ajudando os trabalhadores a conhecerem seus verdadeiros amigos e seus inimigos, disfarçados. A principal tarefa, no momento, é a de chamar todos os trabalhadores, todos os dirigentes e entidades sindicais a aderirem à CUT, convocando as bases para a discussão e à participação. Nesse sentido, continua válido o apelo feito pelo companheiro Jair Meneghelli no encerramento do CONCLAT: "A direção dessa Central Única dos Trabalhadores tem um compromisso: convidar todo o movimento sindical brasileiro para que se una, para que se integre em torno da nossa CUT". Apelo extensível a todos os participantes do CONCLAT, a dirigentes e ativistas sindicais comprometidos com a CUT, e que o PT também auume como seu. E, mais do que apelo, ações práticas que demonstrem a unidade na luta pelos interesses comuns da classe trabalhadora.

10. A conjuntura política dá uma dimensão ainda mais urgente à tarefa de construirmos a CUT. Na ampla mobilização de massas por eleições livres e diretas-já, que possibilitou a constituição de uma ampla frente

incluindo partidos de oposição, setores do próprio PDS e entidades da sociedade civil, a necessidade de os trabalhadores participarem e se expressarem com identidade própria foi se tornando cada vez mais evidente. Vacilações de setores liberais da oposição, propostas de negociação visando a participação no espúrio Colégio Eleitoral, recuos nas mobilizações de massa após a rejeição da Emenda Dante de Oliveira, no Congresso Nacional, em 25 de abril, demonstram claramente que os maiores interessados na conquista da democracia são os trabalhadores. Os conflitos e as contradições existentes entre as oposições burguesas e o regime - cujo isolamento é cada vez maior, como foi demonstrado mais uma vez nas eleições de Santos, em que o PDS foi pulverizado - não impedem que as primeiras continuem aceitando a subordinação ao segundo e as suas instituições anti-democráticas. Mesmo antes da votação da Emenda Dante de Oliveira, a predominância burguesa no Congresso Nacional, levou-o a não atender as mais elementares necessidades da população: apesar da rejeição dos decretos de arrocho em 83, eles foram imediatamente substituídos por outros pelo Governo Federal: o DL 2045 pelo 2065 e o DL 2036 (das estatals) pelo 2100. E, agora, a oposição burguesa se recusa até mesmo a utilizar meios a seu alcance no Congresso Nacional e abandona a exigência da votação da Teodoro Mendes e a negativa para regulamentar o Colégio Eleitoral.

11. Para a classe trabalhadora, a bandeira das Diretas-já não é mero fator de pressão sobre o Governo Federal para negociar "reformas" democratizantes ou mudanças parciais na política econômica, mas um instrumento de luta pelo fim da ditadura militar e de toda a sua política contrária aos interesses da maioria esmagadora do povo brasileiro. Por isso mesmo, essa bandeira liga-se indissolúvelmente às principais reivindicações do movimento sindical: liberdade e autonomia sindical, direito de greve, revogação da Lei de Segurança Nacional e de outras leis ou medidas repressivas, rompimento imediato dos acordos com o FMI, imediata suspensão do pagamento da dívida externa, aumento do salário-mínimo, reajuste salarial automático com base no aumento do custo de vida, reforma agrária sob direção e controle dos trabalhadores, atendimento às necessidades urgentes da população em matéria de alimentação, habitação, educação, saúde, transportes, cultura e lazer, política de criação de empregos e instituição do salário-desemprego, ampla liberdade de organização partidária, com o fim das restrições a atuação e à propaganda políticas e extensão do direito de voto a analfabetos e outros setores, solidariedade aos povos que lutam contra o colonialismo, o imperialismo e as ditaduras. Também é necessário lutar por profundas reformas tributárias, e não só as que fazem retornar aos municípios os frutos de sua produção, mas, principalmente, os que incidem sobre uma real redistribuição da renda através de impostos progressivos que onerem os lucros das multinacionais e das grandes empresas nacionais, e os juros do sistema financeiro e bancário. E nesse sentido, nenhuma conciliação é possível com o regime. Neste momento em que parcelas expressivas da oposição liberal vem se comprometendo com fórmulas que implicam na participação e consequente legitimação do Colégio Eleitoral amplamente repudiado nas ruas pelo povo brasileiro, é necessário concretizar na prática a perspectiva adotada pelo Encontro Nacional do PT e reafirmada pelo Diretório Nacional, de boicote ao Colégio Eleitoral, perspectiva que o PT deve batalhar para que seja assumida por todos os setores comprometidos com a luta pela democracia no País, desde os Partidos Políticos (em cujo interior principalmente no PMDB, esta questão tem provocado polêmica), até o movimento sindical.

12. Nesse contexto, o fortalecimento da CUT assume uma urgência ainda maior. A CONCLAT não lutará pelo boicote ao Colégio Eleitoral: ao contrário, as correntes organizadas dessa articulação já apoiam concretamente a participação no Colégio. Se isso ocorre com os setores auto-proclamados "de esquerda" dentro da Conclat, que dizer dos dirigentes pelegos e imobilistas que constituem sua maioria? Muitos dirigentes ligados à Conclat aceitaram a imposição do DL 2065 sobre suas categorias, enquanto

outros não só não movem uma palha contra o DL 2100 (reedição do decreto das estatais), como vêm defendendo acordos que o aceitam implicitamente. E boicotar o Colégio Eleitoral não é, meramente, uma questão de intransigência: é defender os interesses econômicos e políticos da classe trabalhadora, que não pode conciliar nem se aliar com os que a exploram economicamente e a oprimem politicamente.

13. A luta política pela democracia e o combate pelas reivindicações econômicas dos trabalhadores estão intimamente entrelaçadas e não separados. A conquista da democracia (e, portanto, das eleições livres e diretas) é, fundamentalmente, do interesse dos trabalhadores. Na conjuntura atual, o movimento operário (e, portanto, a CUT), tem, como tarefa, batalhar pela continuidade da luta pelas diretas-já. Nesse sentido, a CUT deve conclamar todos os sindicatos a assumirem essa luta. O eixo imediato da luta pela continuidade da Campanha das Diretas-Já é a batalha pela aprovação da emenda Teodoro Mendes no Congresso Nacional. Com base nesse eixo e na perspectiva de prosseguir a campanha, a CUT deve dirigir-se a todos os setores da sociedade que se posicionam pela democracia, propondo a manutenção dos Comitês Pró-Diretas (que não devem ser transformados em Comitês pró "Candidato Único" ao Colégio Eleitoral); a realização de atos conjuntos, mobilizações, etc. A CUT deve mostrar que o mesmo setor que dividiu o movimento sindical (a CONCLAT) está agora apoiando a divisão da luta pelas Diretas, através do lançamento de Tancredo Neves ao Colégio Eleitoral e do conseqüente abandono da luta pela democracia. É necessário, ainda, discutir a questão da Paralisação Cívica Nacional vinculada à luta pelas Diretas dentro da perspectiva anterior, levando em conta que uma paralisação desse tipo exige um debate sobre outros setores sociais e do movimento sindical. A primeira condição para a deflagração de uma verdadeira greve geral é a criação de condições políticas favoráveis, através de uma perspectiva que os trabalhadores possam agarrar, acreditando em sua viabilidade. Nesse sentido, duas correções devem ser feitas ao Roteiro elaborado para a discussão do Congresso Nacional da CUT: não tratar a Greve Geral como uma "bandeira" do movimento sindical, mas apenas como uma forma de luta para atingir determinados objetivos e ordenar melhor a pauta, vinculando a discussão da Greve Geral à discussão mais geral da conjuntura política do País. Igualmente, mostrar que os 2/3, como condição para aprovar emenda constitucional, é uma imposição anti-democrática que, portanto, ninguém deve aceitar, fazendo esforços para que a soberania do povo supere as normas da ditadura. O PT considera oportuno, neste momento político, que a CUT discuta e elabore uma declaração com os pontos que ela considera imprescindíveis para o programa de qualquer governo que queira atender aos interesses populares. E apresenta a sua Plataforma de Luta de Dez Pontos como contribuição para esse debate.

14. Com base nessas considerações, propomos que os sindicalistas do PT assumam efetivamente como tarefa prioritária, em todos os Estados e regiões, a constituição e o fortalecimento dos organismos da CUT em nível estadual e regional, através da realização dos respectivos Congressos (com base, obviamente, nos estatutos aprovados em São Bernardo). Para tanto, as Secretarias Sindicais e os Diretórios do PT devem articular suas atividades no sentido de comprometer todas as direções e ativistas sindicais com a realização desses Congressos (e das respectivas assembleias sindicais para escolha de delegados, que, em caso de recusa, podem ser feitas à revelia das diretorias sindicais conforme os estatutos da CUT). Trata-se de uma batalha a ser travada em três níveis:

a) junto às diretorias onde temos alguns membros, mas onde a maioria está indecisa ou é contrária à CUT;

b) junto aos ativistas e oposições sindicais nas entidades cujas direções estão indefinidas ou são contrárias à CUT;

c) internamente ao Partido, através de debates, palestras, seminários e

outras atividades voltadas aos dirigentes e ativistas sindicais buscando transmitir a importância política da CUT e discutir os meios práticos de viabilizá-la em cada Estado e região.

Trata-se, em todos os casos, de articular politicamente os elementos favoráveis à CUT ou sensíveis às propostas dos sindicalistas combativos e do próprio Partido, pela iniciativa dos nossos militantes e dirigentes sindicais. As atividades interna do Partido devem servir como ferramenta para intervir nos eventos mais amplos (assembléias, reuniões, congressos, etc...) com propostas articuladas e sistemáticas assim como para promover discussões com os dirigentes e oposições aos quais temos acesso, visando ganhá-los para a construção da CUT. Obviamente, não devemos nos esquecer de orientar essa batalha nos sindicatos ou oposições onde somos maioria e que eventualmente ainda não tenham se engajado nesse processo. Nos casos dos sindicatos dirigidos por petistas, muito poucos, mesmo entre os já filiados à CUT, têm assumido integralmente os compromissos decorrentes dessa filiação, inclusive os de ordem financeira. Engajando nessa batalha o melhor de nossos esforços, estaremos contribuindo para que o próximo Congresso Nacional da CUT, previsto para 24, 25 e 26.08, seja realizado com o máximo de representatividade, garantindo o avanço das lutas reivindicatórias dos trabalhadores e a unificação da luta pela democracia e pelo fim da ditadura militar.

SECRETARIA GERAL NACIONAL

CIRCULAR Nº 04/84

DA: Secretaria Sindical Nacional

PARA: Membros do Diretório Nacional, Diretórios Regionais, Membros das Executivas Regionais, Diretórios Municipais, Membros das Executivas Municipais, Parlamentares, Prefeitos do PT, Delegados presentes ao I e II Encontro Nacional de Sindicalistas do PT e Secretarias Sindicais do PT.

ASSUNTO: Encaminha Relatório Geral do Encontro Nacional de Sindicalistas do PT realizado em SP, dias 11 e 12 de agosto de 1984.

Companheiros:

Estamos enviando o relatório geral do Encontro Nacional de Sindicalistas do PT realizado na Assembléia Legislativa de São Paulo, dias 11 e 12/Agosto/84.

PT Saudações

São Paulo, 17 de Agosto de 1984

SECRETARIA SINDICAL NACIONAL